

---

## **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: concepções e mitos**

**Profª Drª Mara Regina Lemes de Sordi<sup>1\*</sup>**  
**Profª Drª Maria Márcia Sigrist Malavazi<sup>1\*</sup>**

---

Muitas dúvidas surgem quando os professores se põem a pensar sobre suas práticas avaliativas. Questionam-se sobre as verdadeiras razões que justificam o baixo interesse e reduzido aprendizado de seus estudantes revelado na forma como se relacionam com os conhecimentos tratados nas disciplinas e na dificuldade que apresentam de estabelecer conexões com os saberes anteriormente explorados. São freqüentes questões que os colocam em desconforto com seu fazer pedagógico e que os desafiam a superar obstáculos aparentemente ligados apenas à sala de aula.

Algumas perguntas estão de forma recorrente, compondo o universo de reflexão do professor no exercício de sua atividade profissional, tais como:

- Por que o estudante não aprende?
- Porque o estudante não manifesta interesse em aprender?
- Porque o estudante expressa estar interessado apenas no diploma?

Responder a essas questões exige que retomemos algumas temáticas do processo de ensino e de aprendizagem observando a relação que se estabelece, às vezes de forma linear, entre ensinar e aprender, não ensinar e não aprender.

O significado do aprendido e do ensinado advém dos múltiplos olhares, percepções, sobre como se constrói o conhecimento , como se

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Metodologia do Ensino na Faculdade de Educação da UNICAMP; Professora do curso de Pós Graduação em Educação e Coordenadora Geral de Graduação na PUC-Campinas.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Metodologia do Ensino na Faculdade de Educação da UNICAMP; Orientadora Pedagógica na Coordenadoria Geral de Graduação na PUC-Campinas.

organizam as situações de aprendizagem, como se produzem os conceitos, notas, medidas enfim, das concepções de avaliação existentes no processo pedagógico, reveladoras das concepções de educação subjacentes.

E sobre este emaranhado de coisas, o consenso não é questão puramente técnica. Não se trata de um acordo acerca dos melhores instrumentos de medida de um desempenho. A questão nos remete ao campo dos valores. Quem queremos formar, para que fins, com que compromissos sociais, sob que concepção de qualidade de ensino?

Atualmente a avaliação tem estado na pauta das preocupações tanto no campo educacional quanto fora dele. Diferente do cenário vivenciado entre o final da década de 70 e o final da década de 90, em que a avaliação foi desacreditada e em consequência disso muito pouco discutida uma vez que seu caráter era ideológico, técnico e classificatório. Política e pedagogicamente o tema da avaliação vem sendo exaustivamente debatido e se coloca novamente no centro dos debates até pelo interesse que desperta externamente sendo usado pelas políticas públicas neoliberais como instrumento de aprovação de seus interesses mercadológicos.

Como não poderia deixar de ser, esse macro cenário não poupa o ambiente educacional até mesmo porque a escola não é, nem nunca foi, uma ilha isolada dos interesses políticos, sociais e econômicos na sociedade em que se insere. Mas a temática da avaliação também está sendo mais e mais debatida fora do ambiente escolar à medida que outras instituições sociais, para além dela, usam a avaliação como pauta e organização de seus trabalhos. E as pesquisas, de caráter quantitativo, acentuaram esse cenário. Apenas recentemente, essas pesquisas foram retomadas com a possibilidade de serem tratadas também qualitativamente e, na atualidade, por superação, tem sido abordada nas duas vertentes.

Hoje, a avaliação vem despertando a atenção em todas suas dimensões, indo além da conhecida avaliação da aprendizagem na direção da avaliação de disciplinas, currículo, instituições, sistemas de ensino e se constituem em um corpo gerador de grandes preocupações especialmente dos profissionais que atuam na área da educação formal.

Assim, a centralidade da avaliação nos processos de tomada de decisão novamente se insinua, podendo levar-nos ao equívoco de resolver o problema da avaliação como se este fosse um campo mono-referencial e desarticulado da forma de organização do trabalho pedagógico.

Neste texto nos limitaremos a discutir aspectos ligados à avaliação da aprendizagem no ensino superior, mas já assumimos como pressuposto que a avaliação que se realiza na sala de aula guarda nítida relação com as funções que dela se esperam numa sociedade regida pela lógica da exclusão, da competitividade, da hierarquização e que precisa para melhor cumprir seu papel, fazê-lo de maneira velada, sob a aparência da neutralidade.

Não há como nos esquivar do debate e da reflexão acerca da importância (ou não) da avaliação da aprendizagem. Primeiramente, há que se ressaltar, não haver receita que garanta resultados permanentemente positivos quando de sua aplicabilidade nos meios acadêmicos, independentemente da idade dos sujeitos avaliados, do nível de escolarização.

Dessa afirmação podemos perguntar; mas o que são resultados positivos para o professor? Ou o que é qualidade de ensino para o professor? Para obter tais respostas não podemos nos esquecer de que o princípio da qualidade está intimamente ligado ao argumento de quem o defende naquele momento. Ou seja, a qualidade desejada pela escola nem sempre é a mesma qualidade desejada por outros segmentos externos a ela.

No mercado, onde o nosso estudante de ensino superior já atua ou atuará, a prerrogativa de um trabalhador, flexível, com capacidade de liderança, competitivo, que se adapte rapidamente às novas exigências impostas, é recorrente. O mercado espera um tipo de qualidade fortemente atrelado às suas necessidades momentâneas e o profissional deve atuar de forma "competente", atendendo às demandas específicas. Nem sempre essa exigência é a mesma que a escola elegeu como seu objetivo de ensino e formação humana. Como então, o ensino superior poderá conciliar interesses tão diferentes? Como formar o estudante se os objetivos da escola e do mercado, por princípio e por valores, são tão diferentes?

A não se contrariar a lógica do mercado, a universidade terá que abrir mão de sua função mais nobre, o desenvolvimento do homem pleno e, por conseguinte, o desenvolvimento profissional que está contido nesta concepção de Homem e de Educação. Ao render-se a uma formação precária e empobrecedora, dada as características do mercado, volátil e mutante, o estudante perde sem saber sua condição de competição neste complexo mundo do trabalho. Ganha-se a curto prazo a sensação

de inclusão no mercado, para em seguida se processar a exclusão do egresso que carregará consigo a sensação de que o fracasso lhe pertence e deverá ser enfrentado solitariamente.

Nesse aspecto, a escola pode contribuir, formando um estudante "diferente" daquele que se caracterizava pela dependência extrema em relação ao professor e aos conteúdos pré-estabelecidos. "Formar diferente" pode ser preparar com qualidade para compreender seu papel na sociedade (e nela o mercado está inserido), além de ajudá-lo a refletir sobre seu papel na construção de um novo projeto de homem e de mundo. Observa-se, no entanto, que o mercado apenas passou a desejar da escola este perfil em função das mudanças dos processos produtivos. Estabelece-se a contradição e a necessidade de aproveitarmos esta brecha sem ignorar que os interesses que orientam a universidade e o mercado são irremediavelmente inconciliáveis.

**Mas o que é qualidade se as práticas avaliativas devem supor a existência desse conceito em seu processo educativo? E mais, o que não é qualidade?**

Um conceito tão abstrato em tempos igualmente nebulosos requer cuidado. A definição de 'não qualidade' para nós, tem residido em alguns **MITOS** que vêm sendo propagados justamente como conceitos que definem qualidade e tem, inclusive, rondado o ambiente acadêmico, especialmente, em tempos de controle pela via da avaliação externa, induzindo os professores a tomarem a concepção de qualidade dela derivada como absoluta. Algumas afirmações podem ser constatadas, tais como:

- a) Qualidade é ranquear profissionais das faculdades ou Instituições;
- b) Qualidade é premiar e punir;
- c) Qualidade é Medir e Controlar.

Pensamos ser necessário definir, contra-hegemonicamente, o que entendemos por qualidade de ensino entendendo que qualidade em educação não é uma questão optativa. Há que se lutar pela defesa de uma qualidade permanente nesse campo. Neste campo igualmente não há concessões a serem feitas. Construir qualidade implica avaliar as decisões tomadas, iluminando os caminhos, e a existência de um PPP, com certeza, ajuda a objetivar o processo.

Assim reafirmamos, baseando-nos em Freitas (2002), algumas **CONCEPÇÕES** de qualidade, tais como:

a) "Qualidade é o que de melhor se pode conseguir dadas às condições existentes objetivando servir o estudante, a escola e a comunidade no que é da natureza da educação: a formação e a instrução".

b) "Qualidade é incluir processos que levem à emancipação humana e ao desenvolvimento de uma sociedade justa. Nesse sentido, qualidade da escola está ligada à qualidade social de seu entorno".

c) "Em se tratando da sala de aula, podemos dizer que qualidade só se produz coletivamente entre estudantes e professores". E mais, ampliando-se a concepção de espaços educativos, a qualidade do ensino envolverá outros atores que também, com seus saberes tácitos ensinam a formar o homem/profissional: deriva daí a concepção de qualidade ligada à vida, aos processos de trabalho, a realidade social com toda sua complexidade que extrapola os limites da sala de aula convencional.

d) "As condições de trabalho e de vida, muitas vezes injustas e desiguais, impostas aos profissionais da educação X responsabilidade da educação enquanto meio de propiciar melhores oportunidades de inserção social a amplas parcelas da população marginalizadas ou não".

Esclarecida a concepção de qualidade aqui entendida e sobre a qual se baseia o presente texto, podemos agora avançar, tratando, da mesma forma que o fizemos anteriormente, da avaliação da aprendizagem baseada em mitos e concepções que vigoram na academia.

Mas, antes disso há que se perguntar: **O QUE É AVALIAÇÃO DO ENSINO /APRENDIZAGEM? E O QUE NÃO É AVALIAÇÃO DO ENSINO/APRENDIZAGEM?**

Freqüentemente ouvimos algumas frases "definidoras" de avaliação do ensino e da aprendizagem, que não expressam verdadeiramente o significado ou a complexidade de um fenômeno tão importante como este. Por isso, foram entendidas como **MITOS** da avaliação. São elas:

- a) O estudante aprende se o professor ensina;
- b) Se ensinar tudo a todos (Comenius), todos aprenderão tudo;
- c) O aprendizado do estudante depende da didática e da metodologia adotada pelo professor;

d) A nota atribuída pelo professor reflete o que o estudante aprendeu

e) Erro e acerto são duas categorias inconciliáveis

f) A avaliação formal é a que aprova ou reprova o estudante

g) Avaliar é Medir, Dar Nota, Classificar, Precisar, Hierarquizar, Valorar, Controlar, Dominar, Ranquear.

Há um risco quando tomamos essas afirmações como verdadeiras e, sem reflexão apropriada, as reproduzimos inadvertidamente nos espaços escolares. Elas podem, de forma avassaladora reforçar e legitimar atitudes inadequadas por parte dos sujeitos que participam dos processos educacionais, como professores, estudantes, funcionários, os chamados especialistas em educação e a comunidade do entorno da escola.

Por outro lado, as **CONCEPÇÕES DA AVALIAÇÃO** que acreditamos, devam, estar presentes podem ser discutidas a partir de um conjunto de idéias que passamos a apresentar:

No Brasil, com o aval do Estado, a avaliação tem sido usada muito mais como controle do que avaliação para melhoria (Dias Sobrinho, 2002). Esta lógica responde à necessidade de manutenção do sistema, enfatizando a propalada ordem e progresso ou ordem para o progresso. Ou seja, há uma maneira de ser e de fazer, de conhecer e de agir que mais se coaduna com a estabilidade do sistema social e escolar e a avaliação, pode ajudar as pessoas a entender estes códigos e a se comportarem como tal. Controlam –se os desvios da rota com a emissão de notas, conceitos que desaconselham caminhos diferenciados.

Podemos afirmar que "o sistema contamina em cadeia" à medida que, usando internamente os mesmos indicativos externos para avaliar, se reproduz e até mesmo se aceitam os critérios das agências externas de avaliação sobre as Instituições. A submissão a testes como o SAEB, SARESP, ENEM, Provão e outros comprovam esse processo. Quando a avaliação ocorre sem uma finalidade educativa e formativa, via de regra, não se adotam novos procedimentos de caráter qualitativo que possam produzir modificações institucionais sobre os indicativos apontados por ela. Os resultados normalmente são observados, algumas vezes se cobram melhorias dos agentes internos mas, no momento subsequente, eles são guardados, esquecidos ou ignorados. O efeito negativo dessa ação é avassalador, pois o mecanismo que alimenta esse processo

produz pouco ou nenhum resultado uma vez que os professores ensinam para os testes, os estudantes estudam para os testes e o currículo é pensado em função dos resultados dos testes.

A mudança desse processo é necessária e não pode ser postergada se a Instituição deseja repensar seu papel formador. Mas, como romper a lógica imposta de que a formação, o currículo, o ensino e aprendizagem devem ser pensados, planejados e modificados em função dos resultados dos testes impostos externamente? Como utilizar a avaliação para melhorar o ensino na instituição e no interior da sala de aula? Quanto custa contrariar a lógica do controle instituída pelo sistema?

É preciso produzir resultados internamente (primeira mudança) para em seguida, utilizá-los também internamente (segunda mudança) produzindo mudanças a partir do universo da Instituição pois esta não pode tomar decisões em função dos resultados produzidos externamente. Evita-se com isso produzir mudanças institucionais baseadas em processos externos que não garantem que os resultados obtidos nem espelhem a realidade daquela Instituição.

A Instituição e o professor precisam estar envolvidos na discussão e reflexão desse processo para poderem contribuir na mudança desse princípio formador. Nesse sentido, o Projeto político Pedagógico Institucional, construído desde seu nascedouro, coletivamente, pode instrumentalizar seus agentes para reencontrar seu caminho e requererem permanentemente o seu lugar como principais responsáveis por este percurso. Talvez melhor seria dizer, melhorar a qualidade da educação que se oferece aos estudantes. Educação ultrapassa a dimensão do ensino de conteúdos e envolve a formação do homem para a vida. Portanto, esta dimensão deve também ser captada quando se pretende "medir" a eficácia de uma escola.

Outro aspecto que merece ser examinado é a quem se destinam os dados da avaliação. Quem deve consumi-los prioritariamente? Entendemos que a avaliação deve ocorrer para o professor e para o estudante prioritariamente e secundariamente servir ao sistema. A produção dos dados de avaliação deve servir para mudar as práticas escolares e neste sentido, quem melhor do que os atores locais para se apropriar dos mesmos? Ainda que o Estado tenha o direito de conhecê-los e estimular a qualidade dos serviços existentes na Educação, pública ou privada, a mudança da realidade escolar só acontecerá se professores e estudantes, estiverem sensibilizados e dispostos a dar significado às mensagens que os dados contém.

Toda vez que se pretende interpretar os dados de avaliação obtidos, tanto o sistema como os gestores devem fazê-lo levando em conta as condições em que eles foram produzidos. Da mesma forma o professor deve fazê-lo no nível da sala de aula remetendo o resultado de aprendizagem dos estudantes às condições concretas do ensino (como se ensinou? Qual o contexto sócio-cultural dos estudantes etc.). O resultado da avaliação em si mesmo não tem valor. Ele só adquire valor se permitir que professores e estudantes melhorem, aperfeiçoem e mudem. (Belloni, 2002). Assim podemos dizer que a avaliação possui qualidade, entendendo que esta deve ser construtiva envolvendo sujeitos ou agentes internos (professores, estudantes, funcionários) ou externos (sociedade, pais, empresas).

**Qualidade na avaliação do ensino/aprendizagem** também significa disponibilizar conhecimentos para que os professores possam criar estratégias específicas de avaliação, preservando sua autonomia profissional e valorizando sua atuação responsável no processo pedagógico. Mas, ainda que reconheçamos uma certa centralidade que a avaliação tem no processo ensino-aprendizagem, entendemos que a forma como esta categoria vem sendo absolutivizada pelas reformas educacionais, tem que ser revertida. Acreditamos ser necessário devolvê-la ao conjunto de decisões que caracterizam a forma de organização do trabalho docente. E que simultaneamente afeta e é afetado pelos demais elementos constitutivos do planejamento educacional.

Assim, a avaliação do ensino e da aprendizagem só adquire sentido quando inserida no processo de organização do trabalho pedagógico dos profissionais que atuam na escola. Sendo assim, não deve se tornar instrumento de controle sobre os estudantes mas constituir-se num processo que informa, através da observação e dos dados levantados, as possibilidades de trabalho a serem desenvolvidas. Essas possibilidades são decorrentes de análises e reflexões com o objetivo de produzir, com qualidade, melhorias para toda a comunidade a partir dos estudantes. Por isso, costumamos afirmar que a avaliação não pode classificar e punir mas, em sentido oposto, deve promover o crescimento dos estudantes.

O ato educativo, onde se insere a avaliação, deve objetivar a reflexão e a busca de melhor qualidade, incluir mais que resultados acadêmicos, incluir a formação para “transformar a vida” e para permitir acesso ao saber acumulado e se valer dele para produzir qualidade social. Nesse sentido, emancipador.

Por fim, podemos dizer que as decisões tomadas coletivamente devem estar legitimadas no Projeto Político Pedagógico confirmando a natureza política da avaliação como decorrência das reflexões produzidas e se constituem como o grande indicativo para conferir que tipo de formação estamos produzindo. Dessa forma, cabe indagar: Em que medida a avaliação da aprendizagem está sintonizada com os objetivos do Projeto Político Pedagógico do seu Curso ou mesmo da Universidade? Pode o projeto sinalizar uma direção (sujeitos transformadores e empreendedores, éticos e criativos) e a avaliação caminhar numa outra perspectiva? Quais as conseqüências desta contradição?

Ainda que não tenhamos resposta pronta para essa questão, cremos que trazer o tema para ser examinado pelos professores universitários nos devolve a esperança de usar o planejamento educacional para iluminar decisões promotoras de efeitos positivos no processo de ensino aprendizagem, valendo-nos da avaliação da aprendizagem como elemento ratificador dos princípios e valores implícitos no projeto político-pedagógico.

## Bibliografia

BELLONI, J.A. *Uma metodologia de avaliação da eficiência produtiva das Universidades Federais Brasileiras*. Tese de Doutorado. Depto. Engenharia da produção e Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, 200.

DIAS SOBRINHO, J. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L.C. (Org.) *Avaliação: construindo o campo e a crítica*. Florianópolis: Insular, 2002. Cap.2.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Avaliação de Sistemas Públicos de Ensino: construindo metodologias alternativas*. Documento de Trabalho apresentado para as Escolas da Rede Municipal, Campinas, 2002.